

No cabo de guerra entre distribuidoras e GD, há uma solução ótimo de Pareto

SUSTERAS, Guilherme. “No cabo de guerra entre distribuidoras e GD, há uma solução ótimo de Pareto”. Agência CanalEnergia. Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2019.

Estamos vivendo um debate acalorado sobre a revisão das regras de Geração Distribuída (GD), que atualmente se encontra em fase Audiência Pública (AP 01/2019). E se fosse possível alcançar uma saída que endereçasse a preocupação das distribuidoras acerca da adequada remuneração de seus custos fixos e, ao mesmo tempo, não afetasse a atratividade para investidores em GD? Pois a resposta está bem embaixo de nossos narizes e foi proposta pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) na Audiência Pública que trata da tarifa binômia para o grupo B (AP 59/2018): rever os volumes mínimos considerados no custo de disponibilidade (que a Aneel chama de “franquia mínima”).

Os debates relativos ao tema das regras da GD, que nesta semana tiveram continuidade com audiência pública realizada em Brasília, abordam diferentes alternativas para o Sistema de Compensação de Energia Elétrica dos usuários de micro e minigeração. Conforme o regulador, a perspectiva é definir uma forma de valoração da energia injetada na rede que permita o crescimento sustentável da geração distribuída no Brasil sem penalizar os demais consumidores e empresas envolvidas.

Essa preocupação da Aneel faz todo o sentido, tendo em vista os efeitos que as mudanças regulatórias poderão ter no mercado. De um lado, as distribuidoras alegam que as regras atuais impedem que sejam adequadamente remuneradas pelo uso de seus ativos, o que pode levar a impacto na tarifa dos demais consumidores (a Aneel estima que esse impacto foi de 0,07% no ano de 2018). De outro lado, a indústria da GD defende que o segmento ainda está em fase de desenvolvimento e que mudanças nas regras que afetem a atratividade nos investimentos poderá ter impactos muito danosos ao setor, eliminando seus benefícios: investimentos em energia limpa, criação de empregos qualificados e renda em diversas partes do Brasil, atração de um novo perfil de investidores de médio porte para o setor elétrico brasileiro, desenvolvimento de novos modelos de negócio, empoderamento do consumidor de energia, entre outros.

Ao mesmo tempo, a Aneel está conduzindo um processo, que também teve uma audiência pública realizada esta semana em Brasília, para avaliar a introdução da tarifa binômia para todo o grupo B. Entre as alternativas avaliadas, foi verificado que é possível garantir a remuneração dos custos fixos das distribuidoras com o aumento da “franquia mínima” dos consumidores: de 30 para 66 kWh (monofásico), de 50 para 110 kWh (bifásico) e de 100 para 219 kWh (trifásico). Embora as análises tenham indicado que este cenário não é muito atrativo para aplicação universal, há muitos méritos em considerá-lo para aplicação aos consumidores beneficiários do sistema de compensação de créditos de GD, por três motivos principais:

1. Nas contas da própria Aneel, tais níveis de “franquia mínima” para fins de

- cálculo de taxa de disponibilidade são suficientes para remunerar adequadamente os ativos e demais custos fixos das distribuidoras; endereçam, portanto, diretamente o ponto central do argumento favorável a mudanças nas regras da GD em vigor;
2. Os cálculos de retorno sobre investimento para GD teriam pouquíssima alteração, uma vez que a leve redução do volume de energia a ser compensada seria equilibrada com a redução do tamanho dos sistemas a serem instalados; e
 3. As regras permaneceriam de simples entendimento para todos os consumidores e de fácil implementação pelas distribuidoras.

Desta forma, seria alcançado o ótimo de Pareto, também popularmente conhecido como ganha-ganha, situação em que se alcança a melhor solução para todas as partes sem comprometer os resultados de qualquer lado.

Como indica o cronograma da Aneel, as discussões sobre o tema ainda devem tomar alguns meses, inclusive com a realização de novos debates públicos presenciais. A expectativa é que o regulador avalie as contribuições recebidas e garanta uma solução de qualidade técnica e eficiência econômica que viabilize a situação de determinados agentes sem degradar a de outros. Neste contexto, o aumento da “franquia mínima” para consumidores de GD pode ser a solução ótima mais adequada para todos.

Guilherme Susteras é Diretor-presidente da Cooperativa de Geração Compartilhada (Compartsol).